

## MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO: COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

Albertina de Oliveira Costa, Bila Sorj,  
Cristina Bruschini, Helena Hirata (orgs.)  
Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 420p.

Esta coletânea organizada por sociólogas com ampla e reconhecida produção no campo dos estudos de gênero e trabalho, reúne artigos apresentados e debatidos inicialmente no contexto do Seminário Internacional Mercado de Trabalho e Gênero: comparações Brasil-França promovido em parceria pela Fundação Carlos Chagas (Brasil) e pelo GDRE Mage do Centre National de la Recherche Scientifique – CNRS (França). O livro extrapola, no entanto, o contexto brasileiro e francês, tecendo também comparações entre outros países dos continentes latino-americano e europeu, e mesmo EUA e Japão.

A primeira parte trata principalmente da inserção das mulheres no mercado de trabalho em uma perspectiva comparativa entre regiões e países. Michel Lallement tece uma análise das forças e fraquezas dos métodos utilizados em comparações internacionais, bem como de suas possibilidades em termos de contribuição à sociologia do gênero e *vice-versa*. Cristina Bruschini, Arlene Ricoldi e Cristiano Mercado traçam um panorama geral e principais tendências da inserção laboral das mulheres brasileiras no período de dez anos (1995-2005), em uma perspectiva comparativa das regiões Sudeste e Nordeste, as duas mais populosas do Brasil. Se por um lado, os dados indicam intenso e constante aumento da atividade feminina, por outro lado, persistem “traços de desigualdade” (p.31) na esfera ocupacional e de rendimentos

do trabalho, além de se verificar segmentação em atividades de prestígio – aos quais as mulheres escolarizadas passaram a ter acesso – e ocupações precárias, nas quais se encontra o maior contingente de trabalhadoras, especialmente na Região Nordeste.

Ainda na primeira parte, Paola Cappellin, Laís Abramo e Rosalba Todaro examinam argumentos e estratégias de combate à discriminação das mulheres no mercado de trabalho, destacando aí o papel dos acordos sindicais. A resistência à adesão a políticas governamentais, no sentido de promover “a qualidade e a mobilidade profissional das mulheres por meio de ferramentas internas à estratégia organizacional” (p.137), é explicitada por Paola Cappellin, ao avaliar a efetividade da política de igualdade de oportunidades em grandes empresas no Brasil e na Europa (Itália e Noruega). A autora destaca que a baixa sensibilidade empresarial ao tema encobre “a relevância das dinâmicas da interpelação realizadas pela capilaridade dos acordos sindicais” (p.137). Laís Abramo e Rosalba Todaro, ao avaliar os custos do trabalho de homens e mulheres na América Latina concluem que esses não justificam o salário mais baixo das mulheres, até porque “não são os empregadores que sustentam os custos da reprodução” (p.152).

Nadya Guimarães e Murillo Britto chamam a atenção para o fato de que a forma específica pela qual “são socialmente tecidas as diferenças e hierarquias simbólicas” (p.83) em cada contexto concorre para configurar padrões também específicos de segmentação: enquanto em Paris os atributos de base étnico-raciais parecem ser mais relevantes do que as diferenças sexuais na configuração da trajetória de desempregados, em São Paulo, estas “parecem

ser movidas antes por diferenças entre grupos de sexo e, em seguida, por distinções entre grupos de cor" (p.83). É também de formas específicas de segregação que Carlos Salas e Marcia Leite tratam em sua análise comparativa das mudanças na segregação setorial por sexo no Brasil e no México, cujas diferenças parecem estar relacionadas às especificidades históricas do desenvolvimento capitalista nos dois países.

Se as especificidades de cada contexto merecem destaque e ganham relevância, a constatação de Margaret Maruani parece ser reafirmada por praticamente todas/os as/os autoras/es: ao lado da maior inserção feminina no mercado de trabalho e do aumento do êxito escolar e da escolaridade das mulheres – que são mudanças sociais importantes que têm lugar a partir dos anos 60, indicativas mesmo de uma quase paridade entre os sexos – verifica-se a "permanência de desigualdades tenazes" (p.50). Contudo, conforme aponta ainda Margaret Maruani em seu artigo acerca do lugar de mulheres e homens no mercado de trabalho europeu, os ganhos também são significativos, uma vez que "o acesso da maioria das mulheres à autonomia econômica representa uma grande conquista rumo à liberdade" (p.50). É bom lembrar, no entanto, que autonomia econômica é apenas uma face de "uma conquista ainda inacabada" (p.50) de liberdade, ainda limitada por uma série de constrangimentos de ordem política, sociocultural e mesmo afetivo-psicológicos, os quais não deixam de influenciar e ser influenciados por fatores econômicos. Catherine Sofer e Sayyid Rizavi, ao procurar avaliar os fatores que influenciam o poder de negociação das mulheres na tomada de decisão na família e mensurar o tempo de trabalho por sexo, constatam que, ao lado de fatores materiais tais quais a presença de filhos pequenos e o acesso a equipamentos domésticos e substitutos mercantis, outros constrangimentos, tais como práticas habituais não representativas de

verdadeiras necessidades do emprego e sua eficácia, práticas discriminatórias no interior das organizações e mesmo a autolimitação das mulheres, por julgarem altos postos incompatíveis com a sua vida familiar, podem se constituir obstáculos ao acesso destas a cargos de alta responsabilidade.

A complexidade do tema continua a transparecer na segunda parte do livro, na qual as autoras e autores se dedicam a analisar a relação entre vida familiar e condições de trabalho e de ascensão profissional, abordando-as inclusive a partir de novas proposições teóricas. Esse é o caso do artigo de Helena Hirata e Danièle Kergoat que redefinem o conceito de divisão sexual do trabalho, distinguindo entre princípios que a constituem e modalidades que esta assume ao longo da história, de modo a evidenciar a permanência da distância entre os sexos e desconstruir o paradoxo de que "tudo muda, mas nada muda" (p.267). Em seu artigo sobre a divisão sexual do trabalho na França, Japão e Brasil as autoras chamam a atenção para a nova configuração que esta toma não só a partir da segmentação do trabalho (no âmbito profissional e doméstico) entre os sexos, mas também da clivagem do trabalho assalariado e doméstico entre mulheres de origens sociais, étnicas e geográficas diferentes.

É também o caso do artigo de Nicky Le Feuvre. Diante da "necessidade de integrar a pluralidade de lógicas que operam no aumento das taxas de feminização" (p.300) de antigos "bastiões masculinos", a autora propõe a sistematização de um modelo teórico que integra e abrange as três esferas ou níveis de relacionamento nos quais operam os mecanismos de "reprodução/reconfiguração" (p.301) da desigualdade de sexo nas sociedades ocidentais contemporâneas: o nível macrossocial – das relações sociais de sexo –, o mesossocial – ou das estruturas dos grupos profissionais – e o da experiência individual – das "práticas e sistemas

de representações dos indivíduos" (p.305). A autora chama a atenção para o fato de que o caráter crescentemente misto dos antigos "bastiões masculinos" constitui um desafio político e social, "mas nem por isso representa, por si só, uma 'solução' a considerar de maneira unívoca na luta contra as desigualdades de sexo nas sociedades contemporâneas" (p.311).

O desafio de construir outros paradigmas "que passariam também por rearticular o lugar da convivência privada, do cuidado e do trabalho como esferas igualmente relevantes da vida e das relações sociais" (p.242) é destacado por Clara Araújo, Felícia Picanço e Celi Scalon em artigo no qual analisam, numa perspectiva comparativa internacional e entre os sexos, as percepções sobre papéis de gênero de homens e mulheres vivendo conjugalmente, suas práticas no que concerne à divisão de tarefas e tomada de decisões na vida familiar e grau de satisfação quanto à conciliação entre trabalho remunerado e vida doméstica. Bila Sorj e Adriana Fontes procuram evidenciar os limites de pressupostos conceituais e metodológicos que informam o conceito de "feminização da pobreza" destacando que, não havendo evidências que permitam corroborar a ideia de que a vulnerabilidade das crianças pobres é maior entre as famílias monoparentais femininas, todas as crianças em situação de vulnerabilidade social, independentemente do arranjo familiar ao qual pertençam, deveriam ser contempladas pelas políticas de combate à pobreza.

Enfim, a relação entre responsabilidades domésticas e as trajetórias de emprego e ascensão profissional é amplamente debatida em seus diversos aspectos, inclusive quanto ao tempo de trabalho envolvido em ambas as esferas. Danièle Meldeurs, Jérôme De Henau, Leila Maron e Sile D'Orchay analisam, numa perspectiva comparativa entre os países europeus, os efeitos da maternidade e o impacto das condições de trabalho e de políticas públicas sobre a inserção

profissional e carreira das mulheres e homens. Ponderam que as ajudas financeiras diretas deveriam ser um direito próprio da criança em todos os países e, assim como outras/os autoras/es desta coletânea, defendem licenças parentais compartilhadas entre o casal. Jérôme De Henau e Isabelle Puech analisam o tempo de trabalho de homens e mulheres na Europa considerando não apenas a sua duração, mas também a autonomia para gerir os horários e ritmo de trabalho.

Isabel Georges, ao analisar como se constroem as relações de gênero entre a vida profissional e doméstica de engenheiras no Brasil e na França, constata que as exigências de disponibilidade temporária e espacial, utilizadas por vezes como garantia de envolvimento profissional e ao mesmo tempo associada à ideia de "profissionalismo" – imposta como norma "universal" do novo trabalho precarizado – "preserva o monopólio masculino sobre a ascensão hierárquica e o acesso aos postos de responsabilidade" (p.257). Claudio Dedecca analisa o impacto da maior heterogeneidade da estrutura ocupacional sobre o tempo de trabalho de homens e mulheres no Brasil concluindo que, se a desigualdade de rendimento constituía a face mais visível do problema da desigualdade entre os sexos, "a existência de fortes discrepâncias em termos de jornadas total de trabalhos entre homens e mulheres" (p.296) constitui a sua face menos visível, mas igualmente importante. Carlos Prieto trata da configuração específica dessa discrepância de jornadas de trabalho na Espanha, situando-a em termos de modelos e respectivos exemplos de Estados de bem-estar: o socialdemocrata (do qual a Suécia constituiria exemplo), o social-liberal (Grã-Bretanha), o democrata-cristão (França) e o profissional familiarista (no qual se enquadraria a Espanha).

A terceira parte do livro trata de carreiras e condições de trabalho em profissões superiores específicas. Em estudo comparativo Brasil-

França, Liliana Segnini aborda as especificidades das condições de trabalho dos/as trabalhadores/as artísticos/as em música e dança, numa perspectiva de gênero e da divisão internacional do trabalho. Aparecida Neri de Souza analisa, em perspectiva comparada Brasil-França, as relações e condições de trabalho de professores e professoras de escolas técnicas e a maneira pela qual estas são informadas por representações construídas pelos próprios profissionais acerca da profissão. Sylvie Schweitzer propõe colocar as mudanças verificadas no acesso das mulheres ao ensino e às profissões superiores na Europa em perspectiva com as fases de desenvolvimento industrial ao longo dos séculos IX e XX, em detrimento de considerações acerca das culturas nacionais, religiosas, ou da cronologia de regimes políticos.

Maria Rosa Lombardi trata dos desafios e barreiras com que se defrontam engenheiras no Brasil e na França tanto para ascender quanto no exercício de posições de comando, dentre os quais destaca o papel do grupo de profissionais do sexo masculino que “funcionaria como repositório de futuros gerentes e diretores” (p.400), a autolimitação pelas mulheres e a necessidade destas provarem continuamente sua competência profissional. Catherine Mary analisa, numa perspectiva da história das profissões, as condições de ascensão das mulheres no mundo acadêmico, sugerindo “deslocar a atenção das mulheres e de sua família para os mecanismos institucionais e as culturas disciplinares que geram (ou não) a discriminação sexual” (p.409). Consta que o fenômeno do “teto de vidro” aqui não se deve efetivamente a uma menor produtividade das mulheres, mas é constituído pelo acúmulo de “pequenas” defasagens ao longo do tempo, devidas em parte a “restrições interiorizadas ou sofridas contra a sua vontade pelas mulheres na vida privada, e mais ainda pelas barreiras estruturais no mundo acadêmico” (p.416).

Dentre os méritos deste livro destaca-se a amplitude de registros integrados às análises da relação entre mercado de trabalho e gênero: os estudos abrangem desde fatores econômicos, políticos e culturais, chegando a focar em alguns casos a ascendência nacional e mesmo a religião (embora esta questão em particular seja muito pouco explorada), até aqueles que dizem respeito à estrutura de políticas públicas e das profissões enquanto reprodutores, mas também produtores de representações e práticas genericadas e assimétricas. Enfim, além da abrangência em termos de contextos geográficos e sociais, a abordagem de aspectos e questões até então pouco explicitadas ou exploradas, no que concerne às relações de gênero no mercado de trabalho, fazem da presente coletânea obra de referência no seu campo de estudos.

*Naira Pinheiro dos Santos,*

Doutoranda em Ciências da Religião pela  
Universidade Metodista de São Paulo  
Mandrágora/Netmal Núcleo de pesquisa em  
gênero e religião  
nairapinheiro@gmail.com

## PLANETA WEB 2.0: INTELIGENCIA COLECTIVA O MEDIOS FAST FOOD

Cristóbal Cobo Romani, Hugo Pardo  
Kuklinski

Barcelona: Grup de Recerca  
d'Interaccions Digitals, Universitat de Vic.  
Flacso; México DF: Flacso, 2007 (E-book  
acesso gratuito. <http://www.planetaweb2.net/Versión 0.1>)

### Web 2.0: entre a inteligência coletiva e os meios fast food

O atual contexto de desenvolvimento da web e de seus conteúdos, bem como os fenômenos sociais que permeiam este processo, tem chamado a atenção de educadores